

# REDE E TERRITÓRIO COMO CONTEÚDO DA PRÁTICA SOCIOPOLÍTICA DAS AÇÕES COLETIVAS

Network and Territory as the Socio-political Practice Content of Collective Action

Red y Territorio como Contenido de la Práctica Sociopolítica de las Acciones Colectivas

## **Agripino Souza Coelho Neto**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de Geografia Humana na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: ascneto@bol.com.br

## **Jamille Silva Lima**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Professora de Geografia Regional da Universidade do estado da Bahia

E-mail: jamillegeo@hotmail.com

*Artigo recebido em: 18/05/2015*

*Artigo publicado em: 20/07/2015*

## RESUMO

A ideia central que nos propomos defender e demonstrar neste texto consiste na premissa de que duas das mais discutidas e operacionalizadas categorias de análise do conhecimento geográfico vêm sendo crescentemente acionadas como recurso estratégico das ações coletivas, situação que nos permite considerá-las não apenas como categorias de análise, mas também como conteúdo da prática sociopolítica. Essa ideia deriva da constatação do modo como as duas noções vêm sendo operacionalizadas pelas ações coletivas como estratégia de organização, funcionamento e efetivação de seus propósitos. As evidências da manifestação desse fenômeno podem ser verificadas nas práticas sociais de variados coletivos sociais organizados, sobre os quais temos nos debruçado para compreender, basicamente, centrais sindicais, centrais de associações e de cooperativas. Após alguns apontamentos introdutórios, buscaremos mostrar como a ideia de rede assume um caráter propositivo e uma natureza instrumental para as ações coletivas. Em seguida, nosso movimento consiste na investigação de como a noção de território assume uma posição de centralidade nas estratégias de variados agentes sociais. Ao final, desenvolveremos nosso argumento conclusivo no sentido de defender a rede e o território como categorias das práticas sociopolíticas das ações coletivas.

**Palavras-chave:** Rede, Território, Ações Coletivas.

## ABSTRACT

The main idea proposed in this text is to defend and to show that the two of the most discussed and operationalized categories of geographical knowledge analysis have been increasingly driven as a strategic resource of the collective actions, a situation that allows us to consider them not only as analytical categories, but also as content of social-political practice. This idea derives from the way the two notions have been operationalized by the collective actions as an organization strategy, functioning and effectiveness of its purpose. The evidence of this phenomenon manifestation can be observed in the social practices of organized social groups over which we have leaned to understand, basically, unions, associations and central unions. After some introductory notes, we will seek to demonstrate how the network idea takes on a propositional feature and an instrumental nature to collective action. Then our movement is to investigate how the notion of territory assumes a position of centrality in the various social actors strategies. At the end, we will develop our conclusive argument in order

to protect the network and the territory as categories of socio-political practices of collective action.

**Keywords:** Network, Territory, Collective actions.

## RESUMEN

La idea central que proponemos defender y demostrar en este texto, consiste en la premisa de que dos de las categorías más discutidas y operacionalizadas del análisis geográfico están siendo crecientemente empleadas como recurso estratégico de acciones colectivas, situación que nos permite considerarlas no apenas como categorías de análisis sino también como práctica sociopolítica. Esta idea se deriva de la constatación del modo en que las dos nociones vienen siendo operacionalizadas por las acciones colectivas como estrategia de organización, funcionamiento y efectivización de sus objetivos. Las evidencias de ese fenómeno pueden ser verificadas en las prácticas sociales de variados colectivos organizados, sobre los cuales tenemos nos inclinado a entender, básicamente centrales sindicales, centrales de asociaciones y de cooperativas. Después de algunos señalamientos introductorios, buscaremos demostrar cómo la idea de red asume un carácter propositivo y una naturaleza instrumental para las acciones colectivas. Prosiguiendo con esa línea, nuestro movimiento consistirá en la indagación de cómo la noción de territorio asume una posición de centralidad en las estrategias de diversos agentes sociales. Finalmente, desarrollaremos nuestro argumento conclusivo en sentido de defender a la red y al territorio como categorías de las prácticas sociopolíticas de las acciones colectivas.

**Palabras clave:** Red, Territorio, Acciones colectivas.

## INTRODUÇÃO

As reflexões desenvolvidas neste texto foram motivadas por duas constatações que decorrem das pesquisas que vimos realizando nos últimos cinco anos no âmbito do projeto “redes e territorialidades no Espaço Sisaieiro da Bahia”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Ações Coletivas (TECEMOS) da Universidade do Estado da Bahia / Campus XI.

Nossa constatação se refere ao modo como as noções de rede e de território vêm sendo acionadas pelas ações coletivas como estratégias de organização, funcionamento e efetivação de seus propósitos. As evidências da manifestação desse fenômeno podem ser verificadas nas práticas sociais de variados coletivos sociais organizados, sobre os quais temos nos debruçado para compreender, basicamente, centrais sindicais, centrais de associações e de cooperativas. Recorremos também a estudos que têm mostrado esse fenômeno em outras formas de ações coletivas, como nos casos das chamadas populações tradicionais.

Esta constatação preliminar sobre o

uso das duas noções nos remete a uma proposição conceitual que vai dar sustentação aos nossos argumentos: a de que a rede e o território não se constituem apenas em categorias da análise geográfica (isto é, um puro recurso epistemológico), podendo ser pensadas simultaneamente como categorias da prática sociopolítica, incorporada por diversificados agentes sociais do campo, designadas como ações coletivas.

A proposição teórica que defende a importância da distinção entre categorias de análise e categorias da prática é tributária das ideias originalmente elaboradas por Adam Moore (2008) para pensar a escala geográfica.

Moore (2008) reconhece dois difusos, mas discerníveis raciocínios que nos parecem organizados em duas posições polarizadas, separando a (i) escala como entidade socioespacial material e a (ii) escala como construto epistemológico. No primeiro campo de significação o autor situou a concepção de escala de alguns geógrafos inspirados na tradição da economia política, conforme explicitado abaixo:

Neil Smith as descreve [as escalas] como a 'materialização da forças sociais em dispu-

1- O texto mencionado é: SMITH, N. *Homeless/global: scaling places*. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (editors). *Mapping the futures*. London: Routledge, 1993, p. 87-119.

2- O texto mencionado é: SMITH, N. *Scale*. In: JOHNSTON, R.J.; GREGORY, D.; PRATT, G.; WATTS, M. (editors). *The dictionary of human geography*. Malden-MA: Blackwell, 2000, p. 724-27.

3- O texto mencionado é: SWYNGEDOUW, E. *Excluding the other: the production of scale and scaled politics*. In: LEE, R; WILLS, J. (editors). *Geographies of economies*. London: Arnold, 1997, p. 167-76.

4- "Neil Smith describes them as the 'materialization of contested social forces' (1993: 101) and 'platforms for specific kinds of social activity ... platforms of absolute space in a wider sea of relational space' (2000: 725); Swyngedouw (1997a: 169) defines scale as the 'embodiment of social relations of empowerment and disempowerment and the arena through and in which they operate'" (MOORE, 2008, p. 204).

5- "[...] but correspond to real material processes, events and spatial formations" (MOORE, 2008, p. 204).

6- O texto mencionado é: JONES, K. *Scale as epistemology*. *Political Geography*, n. 17, 1998, p. 25-28.

7- O texto mencionado é: KURTZ, H. *Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice*. *Political Geography*, n. 22, 2003, p. 887-916.

8- "Alternatively, scale has been characterized as a 'representational trope' (Jones, 1998: 27) or discursive frame (Kurtz, 2003). From this point of view, scale is fundamentally an epistemological construct that presents specific sociospatial orderings" (MOORE, 2008, p. 204).

9- "experience distant categories used by social scientists" (MOORE, 2008, p. 207).

10- "categories of everyday experience, developed and deployed by ordinary social actors" (MOORE, 2008, p. 207).

ta' (1993: 101)<sup>1</sup> e 'plataformas para tipos específicos de atividades sociais ... plataformas de espaço absoluto em uma amplo mar do espaço relacional' (2000: 725)<sup>2</sup>; Swyngedouw (1997a: 169)<sup>3</sup> define escala como a 'materialização das relações sociais de empoderamento e desempoderamento e a arena através da qual elas operam' (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Segundo Moore (2008), para esses autores, a escala não é uma categoria geográfica de análise independente, mas corresponde "[...] a processos materiais reais, eventos e formações espaciais" (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa)<sup>5</sup>. Assumindo uma direção contrária, o referido autor menciona algumas posições que concebem a escala, exclusivamente, como um construto epistemológico:

Alternativamente, a escala tem sido caracterizada como um 'tropo representacional' (Jones, 1998: 27)<sup>6</sup> ou construção discursiva (Kurtz, 2003)<sup>7</sup>. A partir deste ponto de vista, a escala é fundamentalmente uma construção epistemológica que apresenta ordenações socioespaciais específicas (MOORE, 2008, p. 204, tradução nossa)<sup>8</sup>.

A crítica de Moore (2008) nos parece dirigir a concepções polarizadas e excludentes, que não consideram a possibilidade da distinção entre escala como categoria de análise e escala como categoria da prática, sendo as primeiras "categorias distantes da experiência, usadas pelos cientistas sociais"<sup>9</sup>, enquanto as segundas são "categorias da experiência cotidiana, desenvolvidas e empregadas pelos atores sociais ordinários"<sup>10</sup>, pois encontramos "muitos termos nas ciências sociais que operam como ambas categorias"<sup>11</sup>, exercendo "mútua influência e recíproca ligação entre seus usos práticos e analíticos"<sup>12</sup> (BOURDIEU, BRUBAKER E COOPER apud MOORE, 2008, p. 207, tradução nossa). Nossa hipótese de trabalho consiste na defesa desta ideia de Moore (2008), estendendo-a para os conceitos de rede e território, tamanha a intensidade e evidência com que se manifestam nas práticas atuais das ações coletivas.

Com base nesses apontamentos introdutórios e tendo em vista as motivações anunciadas, estruturamos este texto em três seções, além desta seção inaugural. Na próxima seção, buscaremos mostrar como a ideia de rede assume um caráter propositivo e uma natureza instrumental para as ações coletivas. Em seguida, nosso movimento consiste na investigação de como a noção de território assume uma posição

de centralidade nas estratégias de variados agentes sociais, especialmente aqueles que vêm atuando no campo brasileiro. Ao final, desenvolveremos nosso argumento conclusivo no sentido de defender a rede e o território como categorias das práticas sociopolíticas das ações coletivas.

## A rede como Estratégia Operacional das Ações Coletivas

Em texto recente (COELHO NETO, 2012), realizamos um escrutínio dos usos e significações do conceito de redes nos diversos campos do conhecimento, constatando a amplitude de sua aplicação e identificando a necessidade de qualificação do conceito como recurso para compreensão de realidades bastante diferenciadas.

A necessidade de rigor epistemológico talvez possa explicar uma tendência recorrente nos estudos que adotam a rede como conceito-chave: a variedade de adjetivações e formulação de tipologias. O recurso à adjetivação reflete uma estratégia de qualificação do conceito, que parece cumprir a tarefa de delimitação do seu emprego a fenômenos particulares. Desse modo, constata-se a proliferação de uma grande variedade de conceitos de redes desdobrados, procurando indicar sua natureza distintiva, diretamente atrelada aos fenômenos focalizados: rede urbana, redes técnicas, redes territoriais, redes políticas, rede regional, redes sociais, redes estratégicas, redes solidárias e redes organizacionais (COELHO NETO, 2012, p. 184-5).

Com respaldo nas significações e usos do conceito de rede levantados, foi possível identificar alguns elementos nucleares que nos permitem delinear os sentidos mais recorrentes em nome dos quais o termo foi acionado. Lima (2005, p. 91), defendendo o conteúdo metafórico da rede, elencou três termos que se acoplam à ideia de rede e nos oferece um esboço das possibilidades de seu emprego: (i) a captura, no sentido de armar enredos ou tramas, de entrelaçar-se, de emaranhar-se, "[...] que implica em ação, em papel ativo"; (ii) o enlace, indicando conexão, ligação, abraço, união, que permite pensar em alianças, coalizões, coligações, ou seja, "[...] atitudes de imbricação e remetimento mútuos"; e (iii) a horizontalidade, podendo ser concebida "[...] como um recurso de coordenação horizontal, contrastando-se com a organização piramidal [...]", característica que comparece como

componente discursivo de diversos coletivos organizados da sociedade civil.

Alguns desses sentidos nucleares nos parecem emblemáticos para a compreensão dos modos como a rede vem sendo capturada e acionada pelas ações coletivas. Minhoto e Martins (2001), oferecendo uma explicação para a disseminação do emprego do termo na atualidade, fizeram uma descrição do contexto histórico que engendrou múltiplas possibilidades de sua aplicação, destacando, sobretudo, sua natureza prática e instrumental. Desse modo, a rede se constituiria em respostas estratégicas, tanto das empresas em relação aos desafios da competitividade engendrada pela globalização da economia, quanto da gestão pública em relação à crise fiscal e à erosão da soberania do Estado contemporâneo. Na perspectiva dos movimentos sociais, ela apareceria como “[...] ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas [...] destinada prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária” (p. 89-90). Segundo os autores, o apelo ao conceito de rede vem sendo usado para descrever o ambiente de atuação das organizações contemporâneas e como “[...] chave cognitiva privilegiada para compreender mudanças de grande magnitude que vêm ocorrendo nas esferas política e econômica” (p. 89). Certamente, esta foi a perspectiva privilegiada por Castells (2003 [1996]) para compreender as transformações na economia, nas relações sociais e na cultura, na denominada “era da informação”.

Scherer-Warren (1999) nos informam sobre a apropriação da ideia de rede pelos movimentos sociais, como estratégia de comunicação e empoderamento da sociedade civil, propiciando a articulação política dos grupos sociais na contemporaneidade, sejam como sujeitos de resistência ou como propositores de políticas públicas. Nesse sentido, as redes assumem duas perspectivas distintas, como forma organizacional ou como estratégia de ação e de inter-relação com outros poderes instituídos, em face das possibilidades do estabelecimento de relações mais horizontalizadas, descentralizadas e democráticas.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a

essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p. 24).

Essa perspectiva também é defendida por Martinho (apud DIAS, 2007), que concebe a rede como um padrão organizacional que permite a flexibilização, descentralização e democratização do poder, gerando mais autonomia e horizontalidade. Os exemplos levantados são bastante variados, construindo articulações e alianças entre as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, lutando por demandas específicas, intercambiando informações e experiências, criando fóruns de debates, abrindo canais de apoios financeiros, entre outras modalidades.

Segundo Minhoto e Martins (2001, p. 96), no uso da noção de redes para explicar o funcionamento dos movimentos sociais, prevaleceriam redes de solidariedade, orientadas por uma razão emancipatória “[...] que visa ao alargamento da esfera pública e à autoconstrução da sociabilidade”, apontando para a constituição de novos sujeitos históricos com interesses difusos e não redutíveis à esfera econômica e nem enquadráveis na categoria de classe social, capazes de lutar pela implementação de políticas públicas compensatórias destinadas a minorar os efeitos crescentemente excludentes e perversos do capitalismo global” (Minhoto e Martins, 2001, p. 96). Na mesma direção, Loiola e Moura (1996, p. 56) consideram que as redes que se formam neste campo se baseiam na “[...] existência de conflitos, de laços de solidariedade e de projetos políticos ou culturais compartilhados, fundados em identidades e valores coletivos”.

Nesse caso, a rede corresponde as articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos, etc.), visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas (LOIOLA E MOURA, 1996, p. 56).

Essa discussão é nuclear para entender o surgimento e a atuação de duas organizações sociais do Território do Sisal<sup>13</sup>: a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (Arco Sertão) e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (Codes-Sisal).

11- “many terms in social science [...] operate as both categories” (MOORE, 2008, p. 207).

12- “reciprocal connection and mutual influence among their practical and analytical uses” (MOORE, 2008, p. 207).

13- O Território do Sisal foi delimitado pela política territorial do MDA/SDT em ação colegiada com a sociedade civil organizada, sendo constituído por 20 municípios do semiárido baiano. Conforme o MDA, o Território do Sisal constituiu-se num Território Rural, e posteriormente este também recebeu o título de Território da Cidadania. Associado a essa política, o governo da Bahia utilizou essa divisão territorial como unidade espacial de intervenção estatal e criou a denominação Território de Identidade. Nesse caso, o Território do Sisal é, ao mesmo tempo, chamado de Território Rural, Território da Cidadania e Território de Identidade.

A Arco Sertão é uma organização não-governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que surgiu como uma rede de solidariedade para aglutinar forças e superar vicissitudes econômicas de grupos formados por beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Estes grupos foram capacitados em diversos processos produtivos pelo Programa Nacional de Emprego e Geração de Renda (PRONAGER), entre atividades como corte-costura; artesanatos de sisal, de tecido e de palha; embutidos e defumados de carne bovina e caprina; laticínios; apicultura; avicultura; entre outras. Assim, nasceu a ideia de unir os esforços e possibilitar uma permutação de experiências oriundas das atividades da agricultura familiar.

Posteriormente, ela ganhou uma forte conotação política e passou a exercer o papel de articulação político-institucional, uma vez que percebeu que a integração jurídica institucional de várias entidades civis corporifica e fortalece a ação da coletividade. Nesse rumo, além de fomentar e fortalecer a produtividade regional e a comercialização, a Arco Sertão, através das redes que entrecruzam diferentes sujeitos, enfatiza a fundamental necessidade de apreender e empreender a participação política, buscando a autonomia como forma de se autoafirmar como sujeitos (individuais e coletivos) ante as estratégias de cooptação política que estão entranhadas no imaginário político e social do Território do Sisal.

Localizado no semiárido baiano, o Território do Sisal, conhecido pelo cultivo da *Agave sisalana*, o sisal, apresenta uma realidade bastante conflituosa, que Coelho Neto (2010) denominou de permanências e emergências. As chamadas permanências manifestam-se pelo conjunto de condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou nesse recorte espacial, haja vista que o referido "Território", é reconhecido pela prevalência das suas adversidades edafoclimáticas atribuídas à seca; por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis, exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, concentração fundiária, bem como pelos esquemas de autoritarismo e clientelismo político. As emergências configuram-se pelo processo marcante de mobilização e organização da sociedade civil, que se manifesta na proliferação de movimentos sociais,

ONGs, sindicatos, associações e cooperativas, que têm reescrito a história regional, especialmente no sentido de construção e fortalecimento da formação das complexas redes de cooperação.

O CODES-SISAL surgiu nessa perspectiva, conformando uma rede de organizações que visa potencializar o processo de planejamento integrado e participativo das/nas políticas públicas. Criado em 2002, esse colegiado é composto por vinte prefeituras municipais, sete órgãos governamentais e vinte e quatro entidades da sociedade civil (CODES-SISAL, 2010).

Tanto para o CODES-SISAL, quando para a Arco Sertão, as redes não representam apenas um conceito e um instrumento estratégico de articulação, mas constituem o fundamento de sua própria existência. Ambos, por si só, são uma rede que expressa os elos conjuntivos entre organizações sociais que atuam no Território do Sisal.

Nessa perspectiva, as redes tornam-se um "elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos [...] no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos" (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42). Por meio das redes, determinado(s) grupo(s) pode(m) mobilizar ainda mais a sociedade civil e polinizar suas ideais de luta, densificando os elos entre os nós, como também colaborando no processo de aglomeração e interação de sujeitos politizados, que então passam a fazer parte de uma rede de mobilização política e social.

A Arco Sertão e CODES-SISAL, possibilitam que várias entidades civis iniciem contato entre si, criem alianças, compartilhem experiências, aumentem seus campos de influência e, consequentemente, expandam as redes de participação, conforme leitura semelhante feita por Doimo, Mitre e Maia (2007) sobre outras redes de organização social. Sob a forma de redes essas organizações intercalam sujeitos de diferentes escalas, constroem nós e forjam uma malha territorial complexa. As redes por elas empreendidas são centrais no próprio processo de estruturação do Território do Sisal, produzindo uma espacialidade singular, potencializando o engajamento social e político da sociedade civil e interferindo nos rumos das políticas públicas.

Melucci (1989) introduz a ideia de rede como uma área de movimento, forma-

da por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais. Redes submersas, baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano, podem tornar-se redes com visibilidade (articulações políticas) quando pequenos grupos se mobilizam para interferir nas políticas públicas (SCHERER-WARREN, 1999, p. 26).

O conceito de redes adotado por esses agentes sociais tem caráter ideológico e simbólico, sendo que através das redes, objetiva-se provocar transformações no nível local/regional. Como destaca Scherer-Warren (1999), a utilização das redes vai ao encontro das proposições das ações coletivas, de forma a possibilitar a conexão de diferentes sujeitos sociais e promover intercâmbios políticos entre várias escalas envolvidas.

## O Território como Categoria da Prática Sociopolítica da Ação Social

No caso da Geografia, observa-se a ampliação do debate teórico e a multiplicação das formulações desse conceito, que tem adquirido um caráter cada vez mais operacional, em virtude de seu uso crescente nos estudos interpretativos da realidade. Monografias, dissertações e teses atestam esse movimento no campo das ideias. No entanto, instalou-se uma contenda acerca do risco de extensão do significado e uso do conceito, sob pena de perda de operacionalidade na tarefa de enfrentamento da compreensão da realidade. Essa discussão se colocou com o questionamento das amarras espaciais e temporais a que esteve submetido na Geografia Política Clássica e nos estudos da Ciência Política, cujo uso predominante esteve vinculado à existência do Estado nacional.

Os resultados desse processo apontaram para a construção de possibilidades de compreensão de fenômenos espaciais com manifestação nas escalas geográficas e históricas mais diversas. As territorialidades passaram a ser identificadas em outras perspectivas, não apenas remetidas à materialidade da política, mas vinculadas (e/ou incorporando) à dimensão simbólica do real. O fenômeno territorial também começa a ser reconhecido como produto das relações sociais de poder que

se manifestam nas ações dos mais variados agentes sociais e não apenas como produto da ação estatal. Nessa direção, multiplicaram-se os estudos sobre a territorialidade das empresas, das organizações da sociedade civil e dos mais variados grupos sociais. Não se pretende aqui admitir a inexistência de abordagens com essas perspectivas antes da temporalidade demarcada, mas se aponta a ampliação do seu uso e da sua aceitação nas duas últimas décadas da produção geográfica brasileira.

A ciência geográfica construiu um acúmulo de reflexão sobre o conceito de território e suas derivações (territorialidade, des-re-territorialização). Embora a discussão sobre esse conceito nunca tenha sido prisioneira das fronteiras disciplinares da geografia, como testemunha o conteúdo da obra de Haesbaert (2004)<sup>14</sup>, é inegável que o esforço empreendido por uma gama de geógrafos, apoiados por distintas perspectivas teórico-metodológicas, tem concorrido para o alargamento e para a problematização do debate, resultando no levantamento de renovadas questões e na oferta de elementos conceituais que contribuem para a tarefa precípua desse campo disciplinar, ou seja, a compreensão da dimensão espacial da sociedade, mirada, neste caso, pelo prisma da relação espaço-poder.

As possibilidades renovadas de aplicação do conceito nos parecem repercutir fora do âmbito acadêmico, com sua crescente utilização nas ações coletivas. O conceito de território encontrou amparo nos debates e nos discursos das ações coletivas, especialmente dos movimentos sociais, que têm se apropriado dele para formulação de estratégias de luta e reivindicação de seus direitos.

Almeida (2004) demonstrou o papel do processo de territorialização nas lutas dos movimentos sociais, como componente de reconhecimento político dos agentes sociais e de suas “terras tradicionalmente ocupadas”<sup>15</sup>. Para o autor, as “comunidades tradicionais” expressam formas diversificadas de organização social e de apropriação dos recursos da natureza, que conformam territorialidades específicas, estabelecidas pelas relações de poder e pela afirmação de identidades.

Nesse sentido, a territorialidade é um fundamento desse processo de luta e afirmação, um componente acionado pelos grupos sociais. O autor aponta para uma particularização dos direitos e do reconhecimento da existência dos agentes

**14-** Haesbaert (2004) realizou um amplo levantamento das concepções de território nas ciências humanas (antropologia, ciência política, sociologia, psicologia, economia), mas, também na filosofia e na etologia.

**15-** As “terras tradicionalmente ocupadas” equivalem às formas de reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, contemplando uma diversidade de figuras jurídico-formais. O autor trabalha com algumas categorias: Povos Indígenas, Quilombolas, Seringueiros e castanheiros, Quebradeiras-de-coco babaçu, Pescadores, Ribeirinhos, Atingidos por Barragens, Fundos de Pasto e Faxinais (Almeida, 2004).

sociais e de suas territorialidades em diversos instrumentos legais da União, dos estados federados e dos municípios, como resultado da mobilização e organização dos movimentos sociais. Nesse processo, o acionamento do conceito de território torna-se um expediente cada vez mais recorrente e eficaz na viabilização dos pleitos desses grupos sociais.

No caso do Território do Sisal, um conjunto de sujeitos individuais e coletivos, organizados em sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais e cooperativas de produção e de crédito, vem se apropriando e conferindo significados particulares ao espaço na escala regional. Essas organizações estabelecem conexões políticas e econômicas entre si, formando redes de organizações sociais, e tomam o espaço como referência para suas ações, seus projetos e seus discursos. Ao estabelecerem um espaço de referência como base de suas ações e discursos, eles conformam e reforçam uma territorialidade. Na base discursiva e no conteúdo que confere sentidos aos projetos coletivos das redes de organizações, há uma explícita estratégia espacial.

Essa perspectiva é observada na nomenclatura das organizações sociais e dos produtos regionais como tática de valorização/afirmação de seus espaços de vivência. Na definição dos elementos do planejamento estratégico (como na missão e na visão) e no estabelecimento dos objetivos institucionais, há uma referência direta à espacialidade, que, desse modo, acaba apropriada e delimitada como territorialidade, entendida como os conteúdos espaciais que as redes de organizações acionam para conferir pertinência às suas estratégias.

Outra manifestação de reforço a uma territorialidade ocorre com a valorização e funcionalidade da demarcação dos territórios rurais, que ocorreu com a implantação da atual Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil, no ano de 2003. Esses territórios rurais, tomados como recortes espaciais para o planejamento e implantação de políticas governamentais (especialmente na Bahia, quando foram denominados de Territórios de identidade), apresentam grande correspondência com o espaço de referência das organizações sociais mais proeminentes do Território do Sisal. A demarcação realizada pela política governamental acabou ressaltando e contribuindo para a reafirmação do recorte espacial que os

principais sujeitos coletivos vinham construindo em seus projetos. Respalçadas na política territorial, as organizações sociais começaram a apostar na proposição do governo e têm empreendido uma série de ações de reforço.

A elaboração do “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal” construído no âmbito do CODES-SISAL, informa um modo de apropriação da ideia de território assentada na identidade regional. O espaço regional é apropriado como espaço de referência, como nexos identitários que permite aos coletivos organizados pensar o desenvolvimento na escala regional. Ele corresponde a um documento de intenções, diagnóstico da realidade, estabelecimento de princípios de ação, de prioridades políticas e de alternativas de soluções compartilhadas. Sua abrangência vai além das aspirações de cada organização em si mesma, ou daquelas restritas à escala local de ação, geralmente encampadas pelas prefeituras, mas refletem um conjunto de aspirações que reúne uma gama diversificada de agentes.

Desse modo, consideramos que há um evidente e manifesto remetimento a uma espacialidade na conformação das estratégias das redes de organizações sociais. Elas constroem a pertinência de suas ações e propósitos segundo relações que mantêm e estabelecem com os lugares, que, por serem portadores de sentidos para os sujeitos sociais, são mobilizados nas tramas territoriais que essas redes constroem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central que nos propusemos defender e demonstrar neste texto consistiu na premissa de que duas das mais discutidas e operacionalizadas categorias de análise do conhecimento geográfico vêm sendo crescentemente acionadas como recurso estratégico das ações coletivas, situação que nos permite considerá-las não apenas como categorias de análise, mas também como categorias da prática sociopolítica, seguindo a pista originariamente desenvolvida por Moore (2008) para a escala geográfica.

O uso da noção de rede como estratégia organizativa é cada vez mais frequente para uma grande variedade de organizações sociais, que concebem as possibilidades existentes nas formas coletivas de

ação. Isso pode ser exemplificado pela criação de organizações-rede (formadas por um agrupamento de indivíduos ou pela conexão de entidades coletivas), pelo estabelecimento de parcerias, pela criação de fóruns, conselhos, feiras, entre outras modalidades de ação concertada. A ideia da rede também tem assumido, no plano discursivo, um caráter de positividade, ao emprestar significação às formas organizacionais e de gestão mais democráticas e horizontalizadas, condição desejável para o funcionamento da sociedade civil organizada.

No caso da territorialidade, constatamos a extensão de seu uso para fora das fechadas fronteiras do conhecimento científico. No caso brasileiro, houve uma retomada e uma valorização da categoria em decorrência de sua utilização nas mais recentes políticas governamentais. O potencial de aplicabilidade da categoria se confirma com seu acionamento recente e

intensificado pelas ações coletivas, assumindo uma capacidade de instrumentalizar as lutas sociais em decorrência de sua forte conotação política, especialmente por sua natureza nuclear, que se remete à relação espaço-poder.

A nossa aposta (que também é uma provocação) consiste na defesa de que os usos dessas duas categorias, amparados por uma abordagem geográfica recentemente arejada, apontam possibilidades promissoras para pensar a espacialidade das ações coletivas, mas, também, ao mesmo tempo, constitui uma possibilidade que pode ser investida como recurso para as lutas sociopolíticas das ações coletivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMEIDA, A. W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, mai. 2004.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996].
- CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente: CODES-SISAL, 2010.
- COELHO NETO, A. S. Da amplitude de usos e significações do conceito de rede na ciência contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 131, p. 181-189, 2012.
- \_\_\_\_\_. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 305-368.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- DOIMO, A. M.; MITRE, M.; MAIA, R. Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH NET. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, Sociedades e Territórios**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Editora da EDUNISC, 2007.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JONES, K. Scale as epistemology. **Political Geography**. n. 17, 1998, p. 25-28.
- KURTZ, H. Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice. **Political Geography**. n. 22, 2003, p. 887-916.
- LIMA, I. G. de. **Redes Políticas e Recomposição do Território**. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FICHER, T. (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. As redes e o desenvolvimento social.

**Cadernos FUNDAP**, n. 22, 2001, p. 81-101.

MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 2, pp. 203-225, apr. 2008.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.

SMITH, N. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (editors). **Mapping the futures**. London: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. Scale. In: JOHNSTON, R.J.; GREGORY, D.; PRATT, G; WATTS, M. (editors). **The dictionary of human geography**. Malden-MA: Blackwell, 2000.

SWYNGEDOUW, E. Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R; WILLS, J. (editors). **Geographies of economies**. London: Arnold, 1997.